

AS EMOÇÕES E SUA IMPLICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA

Helcira Maria Rodrigues de Lima

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Os estudos sobre argumentação tiveram de se reinventar no século XX, após a deslegitimação da Retórica e a formalização da Lógica no século XIX, como afirmou Plantin (1996). Ao ser considerada como imprópria ao saber positivista, a Retórica foi progressivamente excluída dos cursos fundamental, médio e universitário, na França e em outras partes do mundo¹. Além disso, outros fatores como sua associação ao Antigo Regime e à Igreja Católica também fizeram com que ela caísse em descrédito ao longo do tempo².

Essa necessidade de reinvenção fez com que o interesse pelas pesquisas sobre argumentação ganhasse novo fôlego a partir dos anos de 1990, com uma nova geração de pesquisadores europeus (Perelman & Tyteca, Toulmin, Curtius, Ducrot e, mais tarde, Meyer, Amossy, Plantin, Doury, Micheli, entre outros) e também brasileiros (Osakabe, Fiorin, Mosca, Guimarães, entre outros) os quais se valem das contribuições dos europeus, mas imprimem outro olhar aos estudos sobre o assunto. São diversas as contribuições de autores estrangeiros e brasileiros e as pesquisas começam a definir um caminho em si.

Nos anos de 1950 ocorre uma espécie de refundação dos estudos sobre argumentação, com a contribuição de autores como Curtius, pouco citado nos percursos históricos mais conhecidos, Perelman & Tyteca, Toulmin e Ducrot. Curtius, cuja obra foi originalmente redigida em alemão, apesar de traduzido para o francês em 1956, não circulou no meio acadêmico como os outros autores³. É interessante que ainda hoje, aqui no Brasil, as obras escritas em francês são tidas como as maiores referências para os estudos sobre argumentação, na maior parte dos grupos de pesquisa.

¹ Segundo Reboul (1991), embora ainda não relegada ao esquecimento, com os filósofos positivistas, com o Romantismo e com a revolução, a Retórica perde de vez seu lugar e, em 1885, ela desaparece do ensino francês, onde havia ocupado um espaço privilegiado durante um longo período.

² Para saber mais sobre o assunto ver: MEYER (dir.), 1999.

³ A obra de Curtius (1948), “La littérature européenne et le Moyen Age latin”, recebe esse título na tradução francesa de 1956.

Ducrot (1998), mesmo não se autointitulando um teórico da argumentação, mas sim um semanticista ou mesmo um “estruturalista do discurso”⁴, desenvolveu importantes pesquisas sobre as marcas linguísticas da argumentação, as quais são, ainda hoje, com todas as ressalvas feitas pelos analistas do discurso, uma referência para a abordagem da materialidade linguística.

No que concerne às obras de Perelman & Tyteca (1958) e Toulmin (1958), embora sejam originárias de horizontes diversos e tenham estilos distintos, se tornaram referência comum à prática jurídica e também a outros estudos sobre argumentação desenvolvidos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em 1979, Haquira Osakabe lança a obra “Argumentação e discurso político”, cujas bases são Aristóteles e Perelman. Essa obra, considerada precursora dos estudos sobre o assunto no Brasil, ainda hoje é uma referência. Depois dela, inúmeras pesquisas chegaram ao público, especialmente, nos anos 2000, momento em que, assim como em outras partes do mundo, há no Brasil um interesse crescente pela Retórica e pela Argumentação. Todavia, ainda hoje, a maior parte dos trabalhos não alcança a divulgação devida por aparecer como resultado de pesquisa acadêmica sob a forma de dissertações e teses apenas.

Nessa retomada, convivem lado a lado propostas que abordam a argumentação, seja por um viés mais descritivista e normativo, encabeçado por autores como Hamblin, van Eemeren e o grupo de Amsterdã, seja por perspectivas pautadas em bases mais filosóficas tendo como destaque Perelman e Meyer, e também por pesquisas mais voltadas para os estudos de Análise do Discurso, cujos nomes mais representativos são Amossy e Plantin. Contudo, não há uma linha determinante, pois o caminho é entrecortado por diversas disciplinas: Análise do Discurso, Linguística Textual, Semântica, Psicologia, Sociologia, Filosofia etc. As possibilidades teóricas são diversificadas, dando abertura a opções e, por consequência, a filiações.

Os pesquisadores que se interessam pelo assunto e fazem parte do terreno da Análise do Discurso (doravante AD) buscam empreender uma análise do discurso argumentativo, tendo como base as contribuições da Retórica Clássica e os princípios norteadores da AD. Nessa esteira, os estudos relacionados às provas retóricas se destacam, ao suscitarem reflexões

⁴ Em uma entrevista concedida à Heronides Maurílio de Melo Moura (1998), Ducrot esclarece: “Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta idéia que você evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. *O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso* (grifo nosso)”.

e releituras, sobretudo, acerca das noções de *ethos* e de *pathos*. O caráter tridimensional das provas acaba pouco explorado, o que dá margem a equívocos e apropriações indevidas. Muito se fala na atualidade em um resgate do *logos*, deixado de lado pelas pesquisas sobre o assunto. O fato é que nos parece necessário pensar a argumentação em uma perspectiva tridimensional. Em outro momento, iniciamos uma discussão sobre o assunto e nosso propósito atual é rever alguns princípios, aliando contribuições de outros domínios, como a Psicologia, Antropologia e Filosofia⁵, de modo a destacar o papel das emoções na construção argumentativa. Embora nosso eixo seja o *pathos* e, mais precisamente as emoções⁶, isso não significa que desconsideremos a interrelação entre as provas. Ao contrário, trata-se justamente de repensar as emoções a partir de tal interrelação.

Nessa esteira, no presente artigo apresentaremos uma breve passagem por algumas abordagens teóricas acerca da argumentação, com ênfase em sua posição frente a um tratamento das emoções. Em seguida, procederemos a uma leitura de alguns fragmentos transcritos de um vídeo no intuito de demonstrar qual seria o papel das emoções na construção argumentativa.

Retórica, argumentação, emoções

A argumentação está no coração da Retórica e, justamente por isso, foi alvo de desconfiança e mesmo de descrédito por um longo período. O interesse pelo uso do discurso com determinados fins remonta aos gregos, dos quais temos os primeiros registros desse modo de organização discursiva.

Segundo consta nas obras destinadas a retomar a história da Retórica, o uso da linguagem com uma finalidade persuasiva teve início possivelmente com Empédocles, aproximadamente no século 5 – 465 a.C. –, mas se impôs somente com a criação do manual de Córax. Evidentemente, sabemos que se trata de um suposto mito fundador, pois “assim como não é possível afirmar com absoluta certeza que seria essa a primeira manifestação da Retórica, uma vez que ela existe desde que o homem começou a usar a linguagem como forma de ação, também não se pode defini-la com a precisão muitas vezes desejada pelos pesquisadores” (LIMA, 2015, p. 43).

⁵ Para saber mais sobre o assunto, ver Lima (2006).

⁶ Optamos pelo uso do termo “emoção”, apesar de não desconsiderarmos que neste a noção de *pathos* se faz presente de maneira fundamental. Apesar de nos valermos das contribuições de Meyer, não diferenciaremos, também, “emoções” de “paixões”. O uso do termo “emoções” nos parece mais abrangente e aponta para um movimento decorrente de um desejo de inserirmos em nossas pesquisas atuais contribuições de outros domínios como a Antropologia, a Filosofia e a Psicologia.

De todo modo, seguindo os registros a que temos acesso de forma direta ou indireta, foi Córax que, com seu discípulo Tísias, elaborou preceitos práticos para que os indivíduos pudessem recorrer devidamente à justiça em casos de posses indevidas de terras. Tais preceitos consistiam em fórmulas a serem utilizadas para tornar o discurso verossímil, pois não se visava, necessariamente, à construção ou à apresentação da verdade, mas sim à retomada de um determinado bem. De um modo geral, as informações acerca do surgimento da Retórica se relacionam à literatura, mas, como se vê, ela emerge em estreitas relações com as questões judiciais, sem ainda nenhum alcance filosófico. Na verdade, verifica-se, desde seu surgimento, a estreita relação entre Retórica e poder. Se a linguagem, como afirma Gnerre (2001, p. 22) pode ser “o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”, munir os sujeitos da capacidade de falar em público e se defender faz parte de um processo de empoderamento.

Segundo Plantin (1996), o legado dos sofistas é fundamental para tudo que se desenvolveu em termos de argumentação e uns dos pontos decisivos de suas contribuições aos estudos da argumentação são: a noção de *antifonia*, o sentido de *paradoxo*, a noção do *provável* e a *dialética* como determinante da interação argumentativa. A herança sofística ainda é pouco conhecida e explorada. Na atualidade, alguns autores buscam resgatar a importância dessas obras, através de vozes como a de Nietzsche, por exemplo.

Platão, considerado um dos maiores opositores aos sofistas, acreditava que eles falseavam a realidade e, por isso, propôs a filosofia como discurso, destacando o conceito de verdade. Para o filósofo, era sua retórica que dizia respeito à Filosofia e à Dialética e não à Sofística. Essa forma de pensar a Retórica aliada à ideia de que há, por um lado, o exercício rigoroso do pensamento e, por outro, “une habilité fondée sur l’ignorance ou la flatterie de l’auditoire”, como afirma (CARRILHO, 1999, p. 30), retomando a posição de Platão, provocou uma primeira cisão entre Filosofia e Retórica, e entre razão e emoção. Desse modo, enquanto a Filosofia assegurava o acesso à verdade, a Sofística passou a ser encarada como o domínio desvalorizado do útil. Com esse modo de enxergar a Filosofia e a Retórica, Platão acabou por contribuir com a decadência desta última no futuro. Foi ele um dos principais responsáveis pela má reputação da Sofística, graças às suas críticas e deformações do pensamento desses filósofos.

Após Platão, foi seu discípulo Aristóteles quem reestruturou toda a Retórica. É importante destacar que, apesar de os sucessores deste filósofo terem desenvolvido os estudos nesse terreno, foi ele quem apresentou os elementos fundamentais responsáveis por embasar os manuais didáticos e as discussões em torno do tema a partir de então. Isso porque foi Aristóteles quem repensou e reestruturou totalmente a Retórica, ao integrá-la em

um sistema. Com ele, a argumentação retórica passou a ser mais rigorosa e menos propagandística, pois, ao conferir uma definição mais modesta à disciplina, o mestre a tornou mais plausível e, portanto, mais eficaz.

O abandono da teoria platônica das ideias foi decisivo para Aristóteles, uma vez que a Retórica passou a não mais ficar submetida à Filosofia. Ela passou a ocupar, a partir de então, um espaço privilegiado e único. Todavia, apesar de recuperar o caráter contingencial do *logos*, o discípulo não chega a se opor completamente ao mestre. Sua contribuição é inegável para os estudos atuais sobre argumentação, uma vez que, além de tornar clara a “utilidade da Retórica”, Aristóteles mostrou que a verdadeira tarefa da Retórica consiste em ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão:

Nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais artes têm, sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instruir e de persuadir; por exemplo, a Medicina, sobre o que interessa à saúde e à doença; a Geometria, sobre as variações das grandezas; a Aritmética, sobre o número; e o mesmo acontece com as outras artes e ciências. Mas a Retórica parece ser capaz de, por assim dizer, no concernente a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir. Por isso dizemos que ela não aplica suas regras a um gênero próprio determinado (ARISTÓTELES, 1998 [s.d.], p. 33).

Ademais do aspecto persuasivo, pode-se dizer que a Retórica de Aristóteles consiste na disciplina que estuda os meios utilizados pelo homem para negociar a distância que o separa do outro, acentuando-a ou atenuando-a. Desse ângulo, vê-se que sua inserção no social é muito grande; os assuntos da *polis* sempre estavam em jogo, eram eles que interessavam aos debatedores e aos filósofos e a Retórica ainda não estava restrita à análise das figuras, como ocorre tempos depois.

Este arcabouço desenvolvido e sistematizado pelo estagirita serviu de base para o desenvolvimento das teorias de argumentação que surgiram depois dele, mesmo com as contradições e limitações que possam, por ventura, ser identificadas. Para os propósitos desta breve reflexão, centramo-nos nas provas inerentes ao discurso: *pathos*, *ethos* e *logos*. Isso porque, compartilhamos com CARRILHO (1999, p. 51), em sua retomada da voz de Aristóteles, a ideia segundo a qual

Le succès d’une quelconque argumentation dépend toujours du mode selon lequel le discours de l’orateur (*logos*) tient compte des dispositions et caractéristiques de l’auditoire (*pathos*) et

réussit à interférer avec celles-ci, compte tenu de la manière dont l'orateur révèle ou met en avant ses traits de caractère pertinents (ethos).

Todavia, o percurso histórico da Retórica nos mostra que, paulatinamente, as ressignificações feitas em diferentes períodos e por razões diversas acabaram contribuindo com um olhar fragmentado para as três provas. Nessa esteira, as teorias modernas da argumentação se apropriaram de maneira diversa dessa herança e é possível notar, em especial, um olhar reticente ou mesmo excludente para o *pathos* em algumas teorias.

O lugar das emoções

Perelman & Tyteca (1958) e Toulmin (1958) são os principais nomes que contribuíram para-a constituição da argumentação como uma disciplina, depois do hiato estabelecido com a desconfiança que recaiu sobre os estudos retóricos. Entretanto, em ambos não há espaço para o estudo das emoções na construção argumentativa.

Diante de uma lógica inapta a lidar com os usos da argumentação, Toulmin propôs um modelo da coerência argumentativa, cuja ideia central é estabelecer uma asserção que é colocada em destaque. O fato é que tal estabelecimento engaja um procedimento de “justificação”. O caráter justificável de uma asserção se traduz pela integração daquela em uma rede de enunciados. Quem participa de uma argumentação mostra sua racionalidade ou a falta desta pelas maneiras como conduz e responde às razões oferecidas a favor ou contra. Se alguém está aberto aos argumentos, reconhece a força das razões ou busca a resposta a elas, caso contrário, ignora as razões ou responde com afirmações dogmáticas.

O modelo de Toulmin se propõe, então, a descrever a maneira pela qual os enunciados estão dispostos ou arranjados entre si – o que ele chama de *layout* – para formar uma célula argumentativa coerente. Trata-se de um modelo flexível que aceita ambiguidades, mas é bastante descritivista. A argumentação, nesse caso, é considerada como estrutura e, ainda, as dimensões pragmática e contextual são negligenciadas. Isso porque ela não é entendida como atividade de sujeitos inscritos em uma determinada situação comunicativa e engajados na busca da produção de certos efeitos sobre os outros. Nesse caso, verifica-se a ausência do *pathos*, pois o argumento não necessita, para ser aceito, que as capacidades do auditório para exercer seu julgamento sejam alteradas pelo estímulo de seus afetos.

No que concerne à abordagem de Perelman & Tyteca, ao contrário da leitura de Toulmin, ela restitui a dimensão comunicacional e intersubjetiva

da Retórica. Essa abordagem retoma a Retórica Clássica e grande parte de seus fundamentos. Para os autores, na situação comunicativa, teses opostas convivem lado a lado e, nesse universo conflituoso, estas são apresentadas visando à solução de problemas. Os argumentos são razões contra e a favor de determinada tese, apresentados no intuito de persuadir o outro de que ela é útil, inútil, justa, injusta, moral, imoral etc. Nessa ótica, o discurso argumentativo não está subordinado à condição de verdade, mas a uma lógica de valores, a que qualquer sujeito social pode recorrer para argumentar sobre seus atos. Entretanto, o *pathos* parece ter sido negligenciado pelos autores e, mesmo ao *ethos*, pouco espaço é dedicado na obra *O Tratado da argumentação* e em outras obras de Perelman. Portanto, assim como o contemporâneo, as emoções não são consideradas em sua importância para a construção argumentativa.

Ducrot, por seu turno, embora não negue a presença do *pathos* de forma explícita, ele o faz na medida em que opta por uma teoria da argumentação linguística e não retórica, como afirma em 2004. Como sua abordagem não pretende lidar com procedimentos que visam a persuadir, não tem porque mencionar o *pathos* e incluí-lo em sua elaboração. Sua oposição a uma argumentação retórica é clara:

Moyennant ces approximations, mon exposé s'inscrit dans une opposition systématique à l'optimisme rhétorique d'Aristote et de ses innombrables successeurs; il souhaiterait promouvoir un retour à Platon et à une méfiance radicale vis-à-vis du discours. (DUCROT, 2004, p. 32)

Se em Perelman & Tyteca, em Toulmin e em Ducrot é possível notar uma falta de interesse na abordagem das emoções, mas não uma negação radical, em outras pesquisas, como as desenvolvidas pelo Grupo de Amsterdã, a partir dos anos de 1970, nota-se um movimento em prol do apagamento das emoções e mesmo em direção à negação radical das emoções. Tais pesquisas são mais voltadas à avaliação dos discursos argumentativos que à sua descrição. Nesse sentido, colocam em relevo um viés normativo e consideram as emoções como meios não argumentativos. A abordagem pragma-dialética, como atesta Micheli (2010), objetiva ocupar um espaço deixado pela incapacidade descritiva da Lógica e pela insuficiência normativa da AD. Segundo afirmam van Eemeren & Houtlosser (2004, p. 45),

La théorie pragma-dialectique de l'argumentation associe une conception dialectique de la rationalité argumentative à une approche pragmatique des procédés du discours

argumentatif. La conception dialectique de la rationalité argumentative s’inspire de rationalistes critiques et d’autres philosophes analytiques, tels que Karl Popper, Hans Albert et Arne Naess, ainsi que de logiciens élaborant une dialectique formelle, comme Charles Hamblin, Paul Lorenzen cum suis, Else M. Barth et Erick C. W. Krabbe. Elle est explicitée dans le modèle pragma-dialectique idéal de la discussion critique.

Essa breve passagem parece determinar o silenciamento em torno dos estudos acerca das emoções, mas temos, por outro lado, autores contemporâneos que atestam sua importância e oferecem contribuições muito significativas sobre o assunto, entre os quais poderíamos destacar Kerbrat-Orecchioni, Plantin e Amossy no domínio da Linguística e da AD e Meyer, no domínio da Filosofia.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2000), as emoções colocam para a Linguística verdadeiros problemas, apontando para desafios e por isso mesmo a relação estabelecida entre Linguística e emoções é de esquiva, de fuga. Todavia, em uma posição contrária, a autora defende a importância de se estudar a expressão das emoções no discurso. Mesmo que os métodos dos linguistas (análise sintática, semântica ou pragmática, análise conversacional, entre outras) não permitam que as emoções sentidas sejam estudadas, estas são lexicalizadas na língua, deixam traços nas escolhas lexicais, sintáticas ou pragmáticas operadas no discurso, sendo perceptíveis na fala e nas condutas não verbais dos locutores. Tais traços deixados pela enunciação são as manifestações emocionais que os linguistas devem buscar descrever e analisar e é, segundo atesta Kerbrat-Orecchioni, o que foi ignorado por um longo tempo.

Plantin (2003), por sua vez, defende a ideia de que é possível argumentar emoções, visto que, quando se acham em situação de conflito ou dissenso, os locutores podem buscar fundar a legitimidade de uma disposição afetiva. A formulação de um enunciado de emoção considerará os tipos de razões que sustentam a intencionalidade do discurso construído pelas respostas que buscam legitimar uma emoção. No seu ponto de vista, são os *topoi que* asseguram a coerência do discurso “emocionado”. O objetivo do autor é propor um modelo que permite reconstruir o desenvolvimento das emoções na fala, com apoio especial da Linguística (Kerbrat-Orecchioni, Wierzbicka etc.) e da Psicologia (Scherer, Ungerer etc.).⁷

Amossy (2010) se mantém fiel ao projeto retórico e aborda as emoções pelo viés da retórica clássica, de modo a destacar a interrelação entre *ethos*,

⁷ Em 2011, Plantin lançou a obra **Les bonnes raisons des émotions**. Principes et méthode pour l’étude du discours émotonné, na qual apresenta de forma mais detalhada os resultados de suas pesquisas sobre as emoções ao longo dos últimos anos.

pathos e *logos*. Para a autora, a cisão operada ao longo da história não procede e as emoções não podem ser dissociadas da razão. Nessa perspectiva, a análise argumentativa do discurso leva em conta o elemento emocional tal como ele se inscreve no discurso em estreita ligação com a *doxa* do auditório e os processos racionais que visam a alcançar a adesão. A *mise en scène* e a verbalização, por exemplo, do sofrimento de um terceiro situado fora da interação, produzem um efeito que depende do tipo de troca na qual o sujeito se encontra engajado, assim como do dispositivo comunicacional que regula a troca. Para Amossy,

[...] la rationalité au fondement de l'entreprise de persuasion ne suffit pas pour la soutenir. En effet, l'image projetée par l'orateur ne doit pas seulement susciter chez l'auditoire un jugement de valeur fondé en raison; elle doit aussi parler au coeur, elle doit émouvoir (AMOSSY, 2008, p. 117).

Assim como Amossy, Meyer (2007) também destaca a necessidade de se considerar a interrelação entre as três provas. Segundo o autor, os diversos lugares conferidos às provas retóricas ao longo do tempo fizeram da Retórica algo de contornos mal definidos e confusos, que parece não ter objeto próprio. Como encontrar unicidade? As três provas devem ser postas em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórico-argumentativa.

É na tríade – *ethos*, *pathos* e *logos* –, segundo Meyer (2008), que se jogam as questões, as respostas e também sua formulação dentro de uma transação linguageira. Isso porque orador, auditório e linguagem são igualmente essenciais. A partir dessa premissa, o autor definirá a retórica como negociação da distância entre os indivíduos sobre uma questão dada. A “problematicidade”, termo usado por ele, leva a uma melhor compreensão da Retórica, uma vez que não discutimos sobre o que já está acordado. Discutimos sobre o que constitui um problema, sobre o que não é verdade absoluta, por isso podemos dizer que a Retórica é o estudo da relação entre as perguntas e as respostas que abrangem o problema. A Retórica trata da problematicidade que afeta a condição humana, tanto nas suas paixões quanto nas suas razões e no seu discurso. Enfim, qualquer distância entre os homens precisa de uma justificativa.

Como tudo se faz na e pela linguagem, é nela que toda a construção argumentativa se realiza. É nela e através dela que negociamos a identidade e a diferença, a própria e a dos outros. Nesse sentido, a linguagem não é vista como transparente, mas ao contrário ela é opaca, conflituosa, tal como apregoam as bases da AD, em seu diálogo com a herança da Retórica Clássica. As relações de força estariam em jogo na construção de todo e

qualquer texto, uma vez que “[...] c’est toujours dans un espace d’opinions et de croyances collectives qu’il tente de résoudre un différend ou de consolider un point de vue” (AMOSSY, 2010, p. 85).

É por isso que Amossy afirma ser a *doxa* referente a saberes ou evidências partilhadas, que constitui a base de toda construção retórico-argumentativa. Nesse mesmo sentido, Meyer (2008) salientará o papel do termo “valor”, definindo-o como o responsável por recobrir as identidades e as diferenças valorizadas socialmente. O fato de a pureza e a inocência da criança serem valores a se preservar é o que condena a pedofilia, por exemplo. Charaudeau (2004), por seu turno, ao tratar de assunto correlato a esse tema, nos fala sobre a “memória de discursos”, que abrange os *saberes de crença* e os *saberes de conhecimento*⁸, os quais edificam as identidades coletivas e criam as diversas comunidades discursivas.

A dignidade da vida se coloca em debate em casos de eutanásia, pena de morte, aborto e outros assuntos polêmicos de modo diferente em cada sociedade. O que determina essas diferenças tão essenciais e profundas? Nas comunidades arcaicas a identidade do grupo é um imperativo absoluto de reconhecimento mútuo e de sobrevivência do grupo. Essa identidade tem por corolário a rejeição à diferença e ainda hoje tenta resolver as ligações sociais de uma comunidade excluindo a diferença. O estranho é mal visto, o que não age como todo mundo, que não se veste como todo mundo e, ainda, o que não sente o que a maioria sente.

Como se pode observar nesse breve percurso, embora os estudos sobre o papel das emoções na construção argumentativa tenham sido negligenciados e até mesmo negados, pesquisas atuais atestam sua importância e colocam em cena abordagens teóricas distintas para lidar com essa problemática⁹.

Emoções e valores: notas sobre uma polêmica

Sem pretender desconsiderar, como já afirmamos, o papel da dimensão da construção das imagens e da dimensão da construção discursiva¹⁰, assim como a interrelação entre as três dimensões, destacamos, agora, o papel das emoções a partir da leitura de alguns fragmentos de um vídeo-resposta, divulgado na internet pelo Grupo *Procure Saber*. Antes de iniciar

⁸ “Saberes de crença”: visam a sustentar um julgamento sobre o mundo; referem-se a crenças partilhadas. “Saberes de conhecimentos”: são científicos, não dependem de julgamento humano, são centrados na realidade.

⁹ Para saber mais sobre o assunto, ver: Micheli (2010).

¹⁰ Entendemos que a dimensão *patêmica* relaciona-se à mobilização das emoções com fins persuasivos, mas também à expressão das emoções. Isso porque, embora o analista do discurso não disponha de instrumental para lidar com a emoção sentida, defendemos que,

a leitura, apresentaremos algumas considerações sobre o imbróglio que deu origem à produção do vídeo e à formação do grupo.

A controvérsia sobre a publicação de biografias não autorizadas no Brasil ganhou dimensão quando o cantor e compositor Roberto Carlos, em uma disputa judicial que visava a retirar de circulação a biografia “Roberto Carlos em detalhes”, saiu vencedor, em 2007. Esse evento gerou a resposta da Associação Nacional dos Editores de Livros (de agora em diante, Anel), que entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra os artigos 20 e 21 do Código Civil os quais protegem os biografados. Além desse evento, que suscitou calorosos debates, no dia 5 de outubro de 2013, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos, artistas de renome nacional e internacional, uniram-se a Roberto Carlos, fundando o grupo *Procure Saber*. O objetivo do Grupo, entre outros, é evitar a publicação de biografias não autorizadas, apoiando-se justamente nos artigos mencionados. Em uma posição oposta a desses artistas, a Anel argumenta que a norma contraria a liberdade de expressão e de informação, e pediu que o Supremo Tribunal Federal declare não ser preciso autorização do biografado para a publicação dos livros. Esse imbróglio acionou uma memória discursiva sobre a relação público/privado no Brasil e o fantasma da censura, de modo a suscitar apaixonados debates. A imagem de artistas, biógrafos, empresários e advogados foi construída e desconstruída nos textos publicados em veículos de grande circulação no país, como *Folha de São Paulo*, *O Globo* etc.. O tema gerou uma avalanche de artigos de opinião e entrevistas, entre os quais se destaca a divulgação

a partir da contribuição de autores como Wierzbicka (1999), Kerbrat-Orecchioni (2000), Plantin (2003, 2011), é possível analisar elementos concernentes à *expressão das emoções no discurso* ou, melhor dizendo, à *atribuição de emoções no discurso*. A dimensão da *construção das imagens (de si e do outro)*, por sua vez, relaciona-se à ideia do *ethos* retórico, embora não se restrinja à construção da imagem de si no discurso. O outro – e a imagem que se constrói acerca dele – não se faz presente apenas como um destinatário ideal, mas, também, e, sobretudo, como um sujeito também construído no discurso. Trata-se de colocar em destaque a subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade e a alteridade. Tal relação aponta para a própria definição de Retórica, defendida por Meyer (2008), como sendo negociação da distância entre os homens. A terceira e última dimensão, nomeada em trabalhos anteriores, por falta de um termo melhor, de *demonstrativa* e agora denominada de *dimensão da construção discursiva*, foi pensada inicialmente como tendo como eixo o funcionamento da argumentação no Tribunal do Júri brasileiro, e como sendo relativa a um uso da linguagem sob as bases de uma racionalidade mais calculada. Isso não quer dizer que não haja racionalidade nas outras duas dimensões, mas sim que ela levaria em conta o recurso às provas técnicas, tais como laudos, documentos, fotografias etc., bem como uma organização do discurso voltada para o convencimento. Contudo, ao refletir sobre outros gêneros discursivos e sobre a interrelação entre as três dimensões, acreditamos ser necessário salientar que essa dimensão diz respeito também e, sobretudo, à construção discursiva, aos elementos usados na materialidade linguístico-discursiva que amparariam a construção argumentativa (LIMA, 2015).

do vídeo¹¹, de quase cinco minutos, produzido pelo grupo *Procure Saber* em uma resposta às críticas recebidas por seus membros¹².

A partir da apresentação das condições de produção do discurso, partiremos, agora, para uma breve reflexão tendo como fio alguns fragmentos transcritos do vídeo.

A origem dos valores é, para Meyer (2008), a diferença e mesmo um conjunto essencial de diferenças essenciais, responsáveis por fundar a vida em grupo, sem as quais a vida não seria possível. Entretanto, destaca o autor, a identidade do grupo, justamente por refletir algo comum àqueles membros, rejeita toda diferença. Isso porque, por definição, a diferença e a identidade são realidades contraditórias. Essas diferenças essenciais referem-se àquelas da vida e da morte, do respeito aos pais e às crianças, das relações entre homens e mulheres que tornam possível a família e a pátria, por exemplo. Para tornar essas diferenças intocáveis em um mundo definido pela identidade é preciso *sacralizá-las*: “Le sacré est ce que l’*on met à distance: Il protège, mais Il est aussi dangereux et terrifiant, exigeant et redoutable*” (MEYER, 2008, p. 192).

Ciente disso, em uma empreitada de persuasão, os sujeitos, ao mobilizarem os saberes partilhados, opiniões comuns, valores que eles reúnem, anulam o efeito de distanciamento em relação ao auditório. Há, assim, um desejo de se eliminar a incerteza no nivelamento, no qual cada um se acomoda no papel de espelho do outro.

Isso parece ser o que acontece no caso da polêmica instaurada sobre as biografias no Brasil, pois há um desejo de se proteger a vida privada, evitar o embate e a aparição de diferenças. Talvez haja um receio de mostrar algo que pode não ser aceito pelo Grupo. Na resposta dada pelo *Procure Saber*, parece haver um movimento para diminuir a diferença, a distância entre eles e o auditório, que, nesse caso, abrange a opinião pública de um modo geral.

As emoções são essenciais a esse embate, pois é através delas que as distâncias são negociadas. A identidade dos grupos é constituída pelos valores que são comuns aos sujeitos e os transcendem também. Todavia, é importante salientar que não entendemos esses valores como naturalmente comuns, mas sim como historicamente construídos para parecerem naturais.

¹¹ O vídeo, editado por João Daniel Tikhomiroff, conhecido por seu premiado trabalho em publicidade e pela direção do longa-metragem “Besouro”, traz depoimentos de Roberto, Gil e Erasmo Carlos durante quase cinco minutos.

¹² É importante mencionar que no dia 10 de junho do ano corrente, os ministros do Supremo Tribunal Federal deram um fim ao processo, votando a favor da publicação de biografias não autorizadas. Uma fala da Ministra Carmem Lúcia merece atenção por refletir o rechaço à censura que poderia advir em caso de uma possível proibição: “Censura é uma forma de calar a boca. Cala a boca já morreu. É a Constituição brasileira que garante”.

Na polêmica sobre as biografias, o que se nota é que a imagem da vida privada, da intimidade, de alguma maneira, foi construída como algo sagrado e, por isso mesmo, intocável por parte dos defensores das ideias do *Procore Saber*. Esse processo de *sacralização* incita a uma escamoteação da importância do debate sobre a problemática relação entre público e privado no Brasil, além de visar à produção de determinados efeitos patêmicos no auditório. O privado é apresentado como algo ligado a mais profunda intimidade do sujeito, algo que deve ser preservado, enquanto que o público é construído como o que pode ser visto, mostrado e explorado, sobretudo pela mídia, embora a polêmica se trate da publicação de textos biográficos. É o que se nota na seguinte passagem do texto-resposta do grupo *Procore Saber*:

Nunca quisemos exercer qualquer censura; ao contrário, o exercício do direito à intimidade é um fortalecimento do direito coletivo. [...] Só existiremos enquanto sociedade se existirmos enquanto pessoas.

Na passagem em destaque, a estrutura da negação “nunca... (mas) ao contrário [...]” aponta para um pseudoato de retificação¹³, que visa à reconstrução da face do locutor. Não se trata de um ato de retificação no molde padrão, porque o segundo enunciado da estrutura não retifica o conteúdo do primeiro, mas sim apresenta outro argumento que seria aquele defendido pelo grupo.

Nesse caso, temos o item lexical “censura” negado no enunciado 1 em uma suposta relação de oposição à “intimidade”, item presente no enunciado 2. Porém, a defesa à intimidade não se coloca em uma relação de contradição ou contrariedade em relação à censura. Na verdade, a defesa da intimidade está ligada, nesse caso, à mesma rede semântica da censura: “não à censura” levaria a “sim à liberdade”, mas, nesse caso, “não à censura”, leva a “sim à intimidade”.

O privado, dessa maneira, passa a ser esse lugar da intimidade, mas, nesse caso, não como alternativa às relações massificadas e sim como forma de proteção de interesses pessoais, o que se nota na seleção do item lexical “pessoas”. Tal termo se associa à rede semântica do “pessoal”. Nesse

¹³ Moeschler (1982) assim define o ato de retificação: ele incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado e corresponde aos enunciados negativos, nos quais o foco é indicado por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. Sua estrutura formal é bastante estável, necessitando da presença de um conjunto antonímico que possua as propriedades seguintes: (i) possa ser introduzido pelo conector pragmático “mas”. Nesse sentido, o conector “mas” é um marcador indicativo de retificação. (ii) conserve uma relação de oposição semântica (contradição ou contrariedade).

caso, talvez, se o item “indivíduos” fosse usado, a associação com o termo “individual” pudesse ser vista de uma maneira ainda mais negativa.

De acordo com Hanna Arendt (2003), a consequência imediata das mudanças pelas quais a modernidade passou em relação ao trabalho e as consequentes mudanças em relação ao par opositivo público e privado é que a vida e a necessidade assumem lugar central da questão política, reduzindo cada vez mais a política ao campo das necessidades. Como consequência dessas relações, a esfera da vida privada se tornou a única preocupação comum que restou. O fragmento abaixo parece ser ilustrativo dessa problemática:

Por acreditar nesta fantástica conquista do direito à intimidade é que colocamos nossa cara a tapa, com todo respeito, no entanto, à liberdade de informação. Nossa vida é nossa melhor defesa.

O uso da modalidade, que sinaliza um trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação. Ao colocar em destaque a expressão “com todo respeito”, os sujeitos não só protegem a própria face, mas também resguardam a face do outro. A seleção lexical “fantástica conquista” aponta para a rede sógnica da luta pela liberdade, o que traz à cena a memória da ditadura, ressignificada, nesse caso.

Nesse perigoso jogo entre relações públicas e privadas, talvez o que incomodou mais e incitou a publicação de tantos artigos de opinião seja uma ambiguidade própria à vida dos artistas, o que faz com que a manifestação pública predomine sobre a privada em determinados momentos. Momentos em que se mesclam paixões variadas e que não é fácil manter o controle da distância em relação ao outro. Além disso, o debate foi mediado por múltiplos interesses da mídia e os fatos foram noticiados exaustivamente.

As críticas que recaíram sobre o *Procure Saber* podem ser pensadas em sua relação com um medo que assombra a mídia desde sempre: qualquer coisa que aponte para a regulação, para o controle da informação pode desencadear na censura. Ademais, é importante lembrar algo inegável: a vida de pessoas públicas tem uma dimensão pública. A respeito disso, Souza (2011, p. 29) afirma que “o mercado de notícias sensacionalistas do mundo globalizado opera, portanto, a diluição gradativa das esferas pública e privada, graças ao enfraquecimento dos valores que definiriam os seus componentes”.

Disso resulta que a vida dos artistas é esmiuçada em jornais e revistas, os quais se valem do desejo do público de se aproximar do “star” e o sustentam com elementos que, ao suscitarem paixões diversas, criam a ilusão de diminuir a distância que separa o admirador de seu ídolo. A relação

é complexa, porque, ao mesmo tempo em que a mídia cria e recria informações de cunho íntimo – o que é recriminado e alvo de processos –, em uma tentativa de nunca cair no esquecimento, esses mesmos artistas alimentam a mídia de informações sobre sua vida privada a fim de fomentar esse desejo pelo que é escondido, íntimo, proibido.

É relevante lembrar que o argumento usado vai contra a própria defesa do grupo: “nossa vida é nossa melhor defesa”. Se a vida deles é pública como defender a privacidade desse modo?

Nós estamos onde sempre estivemos: pregando a liberdade, o direito às ideias, o direito de sermos cidadãos que têm uma vida comum, que têm família e que – acreditem – sofrem e amam, às vezes a dois ou na solidão, sem compartilhar com todos, momentos que são nossos.

No terceiro fragmento em destaque, o termo “família” surge como um valor. Na verdade, trata-se de um dos valores mais fortemente evocados na argumentação do *Procurer Saber* e que ainda constitui um elemento forte na cultura brasileira, apesar de todas as mudanças pelas quais nossa sociedade vem passando. Mesmo com a modificação da estrutura basilar da família: mãe, pai e filho, ainda assim ela se apresenta como um valor, um cimento social. Além disso, o *ethos* prévio de sujeitos que lutaram contra a ditadura brasileira e a toda forma de repressão é resgatado, de modo a minimizar o peso das afirmações divulgadas pelo Grupo. A relação entre liberdade e privacidade é apoiada por termos de emoção: “sofrem, amam, solidão”. Tais termos funcionam como “detonadores de emoção”. Se não há como defender a liberdade de expressão e o direito de impedir a divulgação de fatos de sua vida a partir de outros argumentos, a construção pela emoção funcionaria como o recurso necessário e adequado à demanda do momento. Isso porque, na verdade, os defensores da proibição estão longe de serem cidadãos comuns. Optaram pela vida artística! É o pacto!

Ao se referir à polêmica sobre a censura por parte de determinados biografados, a historiadora Heloisa Starling, juntamente com Lilia Moritz Schwarcz, retomando Sérgio Buarque de Hollanda, afirma:

No Brasil, a vida privada ocupa ainda hoje o papel de nossa principal referência. A interpretação mais frequente desse fenômeno aposta na ideia de que a ancoragem no privado é sinal de maturidade democrática. O suposto é que essa expansão democrática se sustenta em direitos e, uma vez que os direitos são respeitados, não há motivo para maior preocupação (STARLING e SHCHWARCZ, 2003, p. 1).

Para as pesquisadoras, com tudo isso, Sérgio Buarque de Hollanda talvez se espantasse com a maneira como o homem cordial reapareceu na agenda do dia, disposto a marcar o debate sobre o tema das biografias e a reivindicar para suas demandas e desejos individuais o amparo da lei.

Como a premissa filosófica da cordialidade é a supervalorização da intimidade, o medo da violação parece ser o mote do desejo da interdição, da proibição das biografias sem consentimento – a despeito dos interesses financeiros em pauta. Quais seriam os receios do grupo? O que estaria próximo o suficiente para incitar o medo da violação? O que não poderia ser visto, lido, conhecido? Para Aristóteles (2003 [s.d.]), só os males que podem nos causar mágoas profundas e que estão próximos de nós podem nos provocar medo. O medo aponta para uma imagem negativa do outro que suscita essa paixão. Segundo o filósofo, tememos os fortes e não os fracos.

O fato é que o direito à preservação da intimidade não se mostrou suficiente no caso das biografias, uma vez que elas possuem uma importância capital à história do país. O argumento tão destacado pelo *Procure Saber*, que coloca a família como elemento intocável, da mais alta intimidade do sujeito, poderia fazer valer a afirmação de Meyer (2008) de que se convence mais facilmente alguém se a vida ou a família é colocada em questão. Porém, nesse caso, nem mesmo a família, elemento importante na escala de valores que podem patemizar o discurso, mostrou-se suficiente para acalmar os ânimos alterados pelo medo da possibilidade de censura. O medo aqui aparece na posição contrária. É por isso que podemos dizer que as paixões passam por um processo de construção de imagens de si e do outro: as paixões apontam para o “como me vejo”, “como vejo o outro” e “como imagino que o outro me vê”.

No último fragmento, nota-se uma tentativa de se construir uma perfil positivo dos membros do grupo de modo a apagar ou, no mínimo, a minimizar a imagem de “censores”, tão destacada pela mídia e de modo também a construir argumentativamente outras emoções ou, como afirma Plantin (2003), de modo a argumentar outras emoções. Para tanto, mais uma vez o outro/a família aparece como bem maior, algo a ser preservado. Usa-se, ainda, o recurso à expressão da emoção para suscitar emoção. É o que reza o catecismo retórico: *mostre-se emocionado para emocionar mais*:

Nós somos artistas, passamos a vida a tentar interpretar o sentimento das pessoas, ou, ao menos, a desnudar os nossos. Passamos a vida inteira a falar de amor e do amor. Nem por isso somos experts no assunto. Falamos com sinceridade e com emoção, tentando ser simples e tentando representar, com alguma leveza, a alma das pessoas que nos acompanham ao longo do tempo.

Ao destacar o amor, que se trata de uma paixão que elimina a distância entre os sujeitos, que é o lugar da conjunção, atrelada a um *ethos* de sinceridade e humildade, o Grupo pode tecer uma trama que o apresenta como vítima e não como algoz. Isso porque as paixões suscitadas aparecem como respostas às representações dos outros, de modo a operar como imagens mentais: informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age em mim. Por isso, pode-se afirmar que identidade e diferença, supostas ou reais, é o que parece governar a estrutura aristotélica das paixões. A resposta do grupo *Procure Saber* é uma resposta apaixonada nesse sentido, ela é regida pela lógica das paixões já que esta se trata de uma “lógica das consequências: tanto daquelas que não queremos como das que queremos, e daquelas com que nos ofuscamos mais ou menos intencionalmente” (MEYER, 1998, p. 145).

Para concluir, é preciso afirmar, com Meyer (2008), que, para encontrar certa harmonia nos valores em jogo e em sua relação com as paixões, é preciso realizar a circulação social ou cada um ser o outro, o que coloca em jogo o risco de perder o próprio lugar... Talvez seja essa a lição que a Retórica deixa ao debate sobre a publicação de biografias. Ou talvez ela afirme o contrário, por mostrar, por outro lado, a impossibilidade de se encontrar uma única via, já que a linguagem em si incita ao jogo.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 14ª Ed. Rio de Janeiro: ediouro, 1998.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Discours politique, littérature d'idées, fiction. 3.ed. Paris: Armand Colin, 2010.
- _____. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In: RINN, Michael (org.). **Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue**.:Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.
- CARRILHO, M. M. Les racines de la rhétorique: l'antiquité grecque et romaine. In. MEYER, Michel (dir.) **Histoire de la rhétorique. Des grecs à nos jours**. Paris: Librairie Générale Française, 1999, p. 17-82.
- CHARAUDEAU, P. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris, Vuibert, 2005.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In. MACHADO, I. L. e MELLO, R. de. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.
- CURTIUS, E. R. **La littérature européenne et le Moyen Age latin**. Trad. francês. Paris: PUF, 1956.

- DUCROT, O. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In. DOURY, M.; MOIRAND, S. (éds). **L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.
- _____.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. Um estudo das conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XX siècle? Remarques et aperçus. In. PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. **Les émotions dans les interactions**. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2000, p. 33-74.
- LIMA, H. M. R. de. **Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- _____. Emoções e discurso: notas sobre a vergonha” In. CHAUVIN, J.-P. (org.). **Interfaces**. SP: Editora Mackenzie, 2015.
- MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Principia rhetorica**. Une théorie générale de l'argumentation. Paris: Fayard, 2008.
- _____. **Histoire de la rhétorique. Des grecs à nos jours**. Paris: Librairie Générale Française, 1999.
- _____. **Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MICHEL, R. **L'émotion argumentée**. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français. Paris: CERF, 2010.
- MOESCHLER, J. **Dire et contredire**. Pragmatique de la négation e acte de réfutation dans la conversation. Berne: Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.
- MOSCA, L. do L. S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3ª Ed. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2004.
- MOURA, H. M. M. **Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot**. D.E.L.T.A., v.14, n.º.1. Florianópolis, ABRALIN/UFSC, 1998.
- OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Éditions Seuil, 1996.
- _____. Structures verbales de l'émotion parlée et de la parole émue. In. COLLETA, J-M.; TCHERKASSOF, A. **Les émotions: cognition, langage et développement**. Belgique: Pierre Mardaga, 2003.
- _____. Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Berne: Peter Lang, 2011.

- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. Peut-il avoir une argumentation non rhétorique? In. LEMPEREUR, A. (ed.), **L'argumentation**. Paris: Pierre Mardaga, 1991. p. 106-119.
- SOUZA, E. M. de. **Janelas indiscretas**. Ensaios de crítica autobiográfica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- STARLING, H.; SHCHWARCZ, L. M. Medos privados em lugares públicos. São Paulo: Folha de São Paulo/Ilustríssima, 03/11/2003.
- van EEMEREN, F. H.; HOUTLOSSER, P. Une vue synoptique de l'approche pragma-dialectique. In. DOURY, M.; MOIRAND, S. (éds). **L'argumentation aujourd'hui**. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 45-75.
- WIERZBICKA, A. **Emotions Across Languages and Cultures: Diversity and universals**. Australia: The press syndicate of the University of Cambridge, 1999.

